



Guilherme Schelb, que repudiou divulgação da conversa com Antonio Carlos Magalhães, não esconde divergência com Luiz Francisco

BRASÍLIA — O Ministério Público não pode ser “fantoche” e não deve ser usado como “arena política”, nem pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nem pelo governo. A declaração foi feita ontem pelo procurador da República Guilherme Schelb, que ainda não digeriu a divulgação pelo ex-parceiro, Luiz Francisco de Souza, da fita contendo conversa entre três procuradores e o senador Antonio Carlos Magalhães.

Schelb se disse envergonhado com a atitude de Luiz Francisco — “a quem apoiei em diversas batalhas”. Para ele, a partir de agora as investigações das denúncias de Antonio Carlos vão continuar, mas cada procurador fará sua parte. Ainda nesta semana ele pretende se reunir com Luiz Francisco para definir quem investiga o quê.

A maior preocupação de Schelb, garantiu ele, é preservar o Ministério Público como uma instituição que conquistou a confiança e a solidariedade da população brasileira, dada a seriedade do trabalho que desenvolveu em diversas frentes, como nas CPIs do Narcotráfico e dos bancos e em outras investigações.

Schelb considera que o maior erro cometido por Luiz Francisco foi o fato de o procurador não assumir a responsabilidade dos próprios atos, e tentar envolver toda a instituição numa “armadilha”. Guilherme Schelb se referia à afirmação de Luiz Francisco de que os outros dois procuradores que participaram da conversa com Antonio Carlos (o próprio Schelb e Eliana Torelly) teriam consentido na gravação.

O procurador disse que o procedimento correto teria sido **investigar os fatos e, comprovadas as denúncias, propor a abertura de inquérito judicial.**

O clima entre os procuradores está péssimo. É que os três interlocutores de Antonio Carlos Magalhães, e não só Luiz Francisco, estão ameaçados de punição pela Corregedoria do Ministério Público. As investigações abertas pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, deverão atingir também Guilherme Schelb e Eliana Torelly, mesmo tendo eles assinado nota de repúdio condenando a atitude de Luiz Francisco. Os procuradores, entretanto, apóiam a criação de uma CPI para investigar as denúncias do senador. E também estão preocupados com a forma de investigar as acusações, agora que vão trabalhar em separado.

Os procuradores montarão esquema de divisão do trabalho, para investigar DNER, Sudam e as demais irregularidades denunciadas pelo senador pefelista.